

Jurisprudência em Sinopse¹



TST²

■ Mandado de segurança deferido para liberar cartões de crédito do executado que foram bloqueados na forma do art. 139, IV, do CPC, sem a demonstração de ocultação de bens ou da inviabilidade de pagamento do crédito exequendo (DOUGLAS ALENCAR, SBDI-II). [**TST-ROT-1087-82.2021.5.09.0000**](#)

■ Ação rescisória improcedente em face da não observância de portaria administrativa editada por TRT fixando a competência (EVANDRO VALADÃO, SBDI-II). [**TST-RO-1001707-77.2018.5.02.0000**](#)

■ Ação rescisória improcedente em face de decisão que reconheceu como legítima a limitação da remuneração do aprovado, no valor previsto em lei, ainda que o edital do concurso tenha previsto remuneração superior (AMAURY PINTO JR., SBDI-II). [**TST-ROT-5721-90.2020.5.15.0000**](#)

■ Ação rescisória improcedente em face de decisão que rejeita exceção de pré-executividade por insuficiência de provas por ter natureza meramente interlocutória. (AMAURY PINTO JR., SBDI-II) [**TST-RO-353-46.2017.5.10.0000**](#)

■ Ação rescisória improcedente em face de decisão que não acatou a incompetência material da Justiça do Trabalho para examinar da alegação de defesa de

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [**Informativo TST 268**](#)

contrato de transportador autônomo com base no tema 725, do STF, uma vez que se postulou na ação originária o reconhecimento de vínculo de emprego (AMAURY PINTO JR., SBDI-II) **TST-Ag-ED-ROT-22192-95.2017.5.04.0000**

■ Não é válido o pedido de demissão do empregado, se estava incapacitado para o trabalho em razão de doença psiquiátrica, sendo anteriormente dispensado sem justa causa e aderindo a PDV no mesmo dia (HUGO SCHEUERMANN, 1T).

TST-Ag-RRAg-1147-26.2018.5.09.0658

■ Há dano moral indenizável quando o empregador proíbe a saída dos empregados da empresa no intervalo intrajornada (FREIRE PIMENTA, 3T).

TST-AIRR-101786-94.2017.5.01.0501

■ Válido o auto de infração que impôs penalidade contra empresa aérea que não observou a cota legal mínima de 5% de aprendizes em seu quadro, ainda que excluídas as classes de trabalhadores no cálculo proporcional (ALBERTO BALAZEIRO, 3ª).

TST-Ag-AIRR-1000644-82.2020.5.02.0085

■ Quando se afasta justa causa que imputa ao empregado ato de improbidade se reconhece o dano moral indenizável, em exceção ao entendimento geral em contrário quando do afastamento da justa causa em juízo (ALBERTO BALAZEIRO, 3ª).

TST-RR-1000244-14.2021.5.02.0221

■ Na terceirização, a Administração Pública é subsidiariamente responsável no caso de culpa in vigilando, especialmente quando houve compromisso de se assegurar aos empregados o repasse de verbas para o pagamento dos direitos trabalhistas (IVES GANDRA, 4T). **TST-RR-1001111-26.2020.5.02.0323**

■ Legítimo o pagamento de Precatórios de Pequeno Valor por ordem de antiguidade, quando há grande quantidade de credores de município e o pagamento imediato pode prejudicar as atividades públicas essenciais a toda a população (DOUGLAS ALENCAR, 5T) **TST-Ag-AIRR-2500-46.2008.5.13.0010**

■ A desocupação de alojamento inadequado a trabalhadores mantidos em condição análoga à de escravo por tutela inibitória não implica o afastamento da indenização por dano moral coletivo fixada (KÁTIA ARRUDA, 6T).

TST-RR-1002238-02.2016.5.02.0432

■ A efetiva marcação dos cartões de ponto dos intervalos na maior parte dos dias e, excepcionalmente, a simples pré-assinalação, não é suficiente para afastar a presunção de veracidade dos cartões de ponto nos dias pré-assinalados (CARLOS BRANDÃO, 7T). **TST-RR-2881-98.2017.5.09.0091**

■ Comete dano moral por frustração de expectativa o empregador ao dispensar o empregado que, anteriormente, fora promovido em seleção interna para trabalhar em um novo setor, com a promessa do remanejamento para a função anterior, caso houvesse alguma falha no projeto estabelecido pela empresa e que ensejou a promoção (CLÁUDIO BRANDÃO, 7T). **TST-AIRR-0011227-98.2017.5.15.0114**

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo